

O último almanaque popular. Considerações sobre a obra de Manoel Caboclo.

Luis Celestino de França Júnior. Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde coordena o curso de Jornalismo no campus Cariri.

Resumo: *O Juízo do Ano*, almanaque popular escrito pelo poeta de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, Manoel Caboclo, circulou pelo Nordeste entre as décadas de 1960 e 1990, chegando a alcançar a tiragem anual aproximada de 40 mil exemplares. Trazia algumas peculiaridades em relação a outros almanaques, como o fato de ter um único autor. O estudo propõe uma reflexão sobre a publicação a partir de autores que abordam o tema da cultura popular, como Bakhtin, Burke, Davis, Barbero e Canclíni, ao mesmo tempo em que espera contribuir para o estudo do tema almanaque popular.

Palavras-chave: Almanaque; Comunicação popular; cultura popular.

01. Introdução

O poeta é um repórter
De pensamento ligado
Ouvindo o que o povo diz
Fazendo todo apanhado
E sai contando na rua
Tudo quanto foi passado

Manoel Caboclo

Percorrer o caminho de um estudo sobre um almanaque popular é obrigatoriamente entrar em trilhas que nos levarão a reflexões a partir de pesquisas tanto da área de comunicação como da área da cultura. Editado entre as décadas de 1960 e 1990, o almanaque *O Juízo do Ano*, publicado pela tipografia da rua Todos os Santos, em Juazeiro do Norte, cidade da região do cariri cearense, e distribuído por todo o Nordeste, chegou a atingir a tiragem anual de 40 mil exemplares entre os anos de 1968 e 1974 (CARVALHO, 2000), um número significativo em se tratando de publicações populares.

O almanaque trazia notícias publicadas em versos de poesia de cordel sobre assuntos variados, conselhos, previsões e indicações astronômicas, seguindo a tradição dos almanaques populares que remontam à Europa do século XV (BOLLÈME, 1969). Trazia uma singularidade em relação aos demais almanaques publicados no Brasil, em geral editados por laboratórios farmacêuticos: tinha como redator um único homem – o pernambucano, descendente de índios, Manoel Caboclo.

A história do almanaque perpassa 36 anos da história de um período importante do país. Foi, por exemplo, um período importante na consolidação da indústria cultural. O embate entre esta e a cultura popular nos remete a autores desse campo de estudo (CANCLÍNI, 2003; BARBERO, 2001). Ao mesmo tempo, período que vai de um projeto autoritário de poder ao neoliberalismo, passando pelo momento de redemocratização no

país. Vale ressaltar que o almanaque circulou na área mais pobre do país, onde os índices de analfabetismo eram grandes e a televisão só chegou em meados dos anos 70.

02. O almanaque como “diluidor” de conhecimentos

Propor-se a estudar uma publicação popular nos obriga a tocar na questão de que “popular” estamos falando. Seria fácil simplesmente mencionarmos a oposição entre cultura feita “pelo povo”, entendido como classe “subalterna”, e “para o povo” e cultura oficial feita por classes superiores ou hegemônicas. Ou entre cultura popular e erudita. Essa simples oposição não resolve nosso problema. Isso nos colocaria, por exemplo, diante de algo já enfrentado pela pesquisadora norte-americana Natalie Zemon Davis no seu ensaio sobre livros populares na França da Idade Moderna.

Livros populares não são necessariamente escritos por *etites gens*. Mestre André Le Fournier, autor de uma compilação de receitas e de cosméticos caseiros para mulheres, em 1530, era catedrático na Faculdade de Medicina de Paris e não foi, de modo algum, o único acadêmico titulado a fazer tal coisa. *Petites gens* tampouco são os únicos consumidores e leitores dos livros populares. O *Grand Calendrier et Compost des bergers*, por exemplo, protótipo do almanaque francês, talvez fosse lido pelo camponês, mas seguramente o era pelo rei. (ZEMON DAVIS, 1990, p. 158)

No caso do *Juízo do Ano*, tratava-se de um almanaque redigido por alguém do povo, mas que não necessariamente tinha entre seus leitores apenas pessoas oriundas das classes populares. Sobretudo se levarmos em consideração o número de analfabetos no país e no sertão da região Nordeste entre 1968 e 1974, auge do período de circulação do almanaque. Tinha o formato de um folheto de cordel (16,5 x 12 cm), capa em papel colorido, miolo em papel jornal, média de 24 páginas e ilustrado por matrizes xilográficas.

Sobre seu autor, Manoel Caboclo, pouco ainda se escreveu. Os únicos livros encontrados durante a elaboração deste projeto são a coletânea de suas poesias organizada por Gilmar de Carvalho (2000) e o recente *Lira Popular. O cordel do Juazeiro* (2006). Nele, segundo Carvalho, é difícil estabelecer de forma precisa uma cronologia dos fatos da vida de Manoel Caboclo. Nascido na primeira década do século passado, sabe-se que foi vendedor de lenha e que se alfabetizou sozinho a partir de cartas do ABC. Foi aprendiz da tipografia São Francisco, de José Bernardo da Silva, importante xilógrafo de Juazeiro do Norte da década de 1930, e partiu como ambulante pelo interior do Nordeste, terreno fértil para sua imaginação criadora, a partir de aventuras noturnas e contatos com histórias populares e “encantadas” que tão bem apresentou em seu almanaque como “O valente Cascavel do sertão alagoano” e “O homem que deu à luz um menino”.

Com a morte de Caboclo, em 1996, o almanaque deixou de circular. Já vivia um ocaso, o que pode ser constatado através de sua tiragem pífia se comparada ao auge das décadas de

1960 e 1970: não chegava a cinco mil exemplares. Gilmar de Carvalho o considera como o último grande autor de almanaques populares nordestinos, encerrando uma tradição que nos foi legada pela nossa colonização ibérica.

Os textos presentes não eram apenas narrativas a partir de histórias fantásticas colhidas do imaginário popular nordestino. Era também uma coletânea a partir de fatos reais e de fatos científicos, meteorológicos e astronômicos. Após a morte de Caboclo, sua biblioteca foi adquirida pelo SESC de Juazeiro do Norte, revelando uma enorme quantidade de livros científicos de várias áreas: medicina, direito, agronomia, meteorologia etc.

Apresentamos a hipótese de que o almanaque funcionava como uma espécie de diluidor de saberes científicos e tradicionais para uma linguagem popular, bem como um espaço onde saberes populares e científicos se confundiam.

Canclíni nos chama a atenção e nos sugere um problema a ser trabalhado em pesquisas sobre almanaques populares:

A bibliografia sobre cultura costuma supor que existe um interesse intrínseco dos setores hegemônicos em promover a modernidade e um destino fatídico dos populares que os arraiga às tradições. Os modernizadores extraem dessa oposição a moral de que seu interesse pelos avanços, pelas promessas da história, justifica sua posição hegemônica, enquanto o atraso das classes populares as condena à subalternidade. Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos. (CANCLÍNI, 2003, p. 206)

Isso nos coloca diante de um problema interessante do qual os almanaques populares são rico material a ser analisado. O embate da cultura popular com o surgimento de uma indústria cultural. Nos últimos anos do almanaque *O Juízo do Ano* fica evidente numa leitura de alguns exemplares que a televisão se tornou uma de suas fontes. Podemos dizer que houve uma substituição das narrativas populares fantásticas do sertão nordestino e da consulta a livros científicos pelos produtos massivos divulgados pelas redes de televisão? Houve conflito na relação entre cultura popular e indústria cultural ou essa relação foi simplesmente de “confirmação de que o tradicionalismo não tem saída?”. Aqui formulamos uma outra hipótese a ser investigada no desenvolvimento de um trabalho mais profundo: o fortalecimento da indústria cultural modificou a relação do almanaque com seu público, mas não foi suficiente para extinguí-lo já que a publicação sobreviveu até a morte do seu autor nos anos 90. Mas como se deu essa transformação do papel do almanaque?

São questões que só o desenvolvimento de um projeto de pesquisa mais elaborado pode responder o que torna nossa proposta de pesquisa relevante para os estudos em comunicação e cultura no Brasil.

03. Da tradição ibérico-medieval ao Nordeste brasileiro

A origem do almanaque remonta ao início da divulgação da palavra impressa no mundo. O espaço de distribuição dos almanaques era a praça pública. Isso nos remete a Bakhtin (1987). Ele lembra que era comum os vendedores de drogas e camelôs charlatões colocarem em versos cantados em diversas melodias os benefícios de seus remédios. A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial. Elementos da linguagem popular se infiltravam na praça pública onde eram devidamente legalizados. Os primeiros almanaques populares divulgavam exatamente os benefícios de remédios milagrosos.

Um dos estudos mais importantes sobre almanaques no mundo é de Geneviève Bollème publicado originalmente em 1969 e intitulado *Les Almanachs populaires aux XVII et XVIII siècles*. No trabalho de Bollème é feita uma distinção entre os almanaques gerais e os almanaques de farmácia. No Brasil, nesse período, o mais importante almanaque que circulou foi o *Lunário Perpétuo*, editado em Lisboa e uma das importantes referências na

literatura popular nordestina. Trazia, por exemplo, orientações sobre sinais de chuva e sobre os melhores momentos para a pesca, plantações e colheitas.

Em 1936, Joaquim Ferreira Lima publicou o *Almanaque de Pernambuco*, pela tipografia São Francisco, o que o próprio autor considerava uma adaptação do formato do Lunário Perpétuo às especificidades nordestinas. Ressalte-se que Manoel Caboclo foi aprendiz na mesma tipografia.

No Brasil, ainda são poucos os estudos sobre almanaques e raros os estudos específicos sobre almanaques populares. Encontramos, por exemplo, os livros de Vera Casa Nova (1996) e Margareth Brandini Park (1999). Ambos, no entanto, se debruçam sobre almanaques de farmácia.

Na coletânea de ensaios sobre a cultura nordestina organizada por Gilmar de Carvalho, encontramos o artigo da historiadora Kênia Sousa Rios intitulado “O tempo por escrito: sobre lunários e almanaques”. Nele, Kênia lembra a presença de personagens de almanaques que permaneceram de destaque com o advento de uma indústria cultural. É o caso, por exemplo, de João Grilo, personagem de almanaques do pernambucano Ferreira Lima e Jeca Tatu, personagem do almanaque Biotônico Fontoura, almanaque mais importante do país, estudado no livro de Margareth Brandini Park.

É no livro “Do Almanak aos almanaques”, organizado por Marlyse Meyer (2001), que encontramos no trecho de um artigo da professora Jerusa Pires Ferreira, intitulado

“Almanaque”, a idéia que reforça nossa hipótese de que o almanaque funciona como um diluidor de conhecimentos.

No caso do Brasil, pode-se mesmo falar no aspecto civilizador dos almanaques, do que representaram chegando aos mais distantes sertões, aos povoados mais afastados, e mesmo nas cidades, numa integração de domínios rurais e urbanos, transitando entre classes sociais, exercendo a aproximação efetiva de repertórios. (FERREIRA, 2001, p. 20)

Discutir a relação do almanaque popular com seu público nos remete a vários autores que abordam o tema da cultura popular (BAKHTIN, 1987; BARBERO, 2001; BURKE, 1998; CANCLÍNI, 2003; CHARTIER, 1995; DAVIS, 1990). O próprio conceito de cultura popular não é consenso entre os autores. Barbero (2001) lembra que o interesse das ciências sociais pela cultura popular passa, em boa parte, por Gramsci. O conceito de hegemonia, elaborado por Gramsci, possibilitou pensar o processo de dominação social não como uma imposição exterior e sem sujeitos, mas um processo no qual uma classe “hegemoniza”, fazendo com que as classes subalternas reconheçam interesses em comum com as classes dominantes. Pensadores de esquerda passaram a ver na cultura popular um espaço de resistência a uma cultura hegemônica. A função da cultura hegemônica seria dominar e a da cultura popular resistir. Tanto Canclíni quanto Barbero vêem essa concepção como uma deformação do pensamento de Gramsci.

É nesse sentido que nos interessa “a abordagem de um modo novo de existência do popular”, não opondo de forma maniqueísta e fácil o popular e o massivo. Sobre os almanaques, Barbero lembra que o debate sobre as narrativas da *Bibliothèque Bleue* (modo como eram chamados na França) levou à conclusão de que “alguns tendem a uma imagem açucarada e espontaneísta da cultura popular, outros tendem a reproduzir a dicotomia que nos impede de pensar a complexidade da circulação cultural” (p. 164).

Os almanaques, lugar de misturas e entrecruzamentos especiais. Nestes o que se mistura são diferentes tipos de saberes. Saberes de baixo e de saberes de cima, saberes velhos e novos, astrologia e astronomia, medicina popular e nem tão popular, romance e história (...) Um investigador da indústria cultural desses séculos, e tão pouco ‘romântico’ como Robert Escarpit, disse referindo-se a essa literatura: ‘Os romances da *Bibliothèque Bleue* e a modesta ciência dos almanaques fizeram certamente muito mais pela elevação cultural das massas dos séculos XVII e XVIII que toda a organização da cultura oficial’. (BARBERO, 2001, p. 163)

É nesse sentido que esperamos abordar o almanaque popular *O Juízo do Ano* como um espaço de mistura e trocas de saberes.

Recorremos ainda a Bakhtin (1987). Sua obra de maior destaque, *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais*, fundamental por propor que a leitura do realismo grotesco da obra de Rabelais leve em consideração o contexto da época em que foi produzida. Para ele, um dos erros na leitura da obra de

Rabelais por românticos, iluministas e modernistas, que chegavam a achar a obra pornográfica, é não entender o aspecto de renovação que o “baixo corporal” representava na Idade Média. Para entender a plenitude dos escritos de Rabelais, afirma Bakhtin, era preciso entender o papel do vocabulário na praça pública e nas feiras, as formas e imagens das festas populares e a realidade de seu tempo.

No caso do almanaque *O Juízo do Ano*, havia uma seção de anedotas onde ficava evidente a ênfase a um humor direto e pouco refinado, permeado de paródias e recursos ao chulo e ao baixo corporal. Além disso, vale lembrar o contexto da religiosidade popular que marca a cidade de Juazeiro do Norte, campo de peregrinação de romeiros em busca das “bênção do Padim Ciço”.

O almanaque é ainda um rico “mensageiro de relações”. Nele, encontramos uma seção intitulada “Ditos e Costumes Populares” que pode nos fornecer material para um mapeamento de termos e expressões populares que caíram em desuso. Da mesma forma, pelo menos uma página do almanaque era reservada, anualmente, ao Padre Cícero. Através do contato com romeiros, Caboclo, anotando os depoimentos em sua caderneta de campo, abria espaço para o registro de “fatos novos”, algo importante na sedimentação de uma memória coletiva.

Caboclo publicou em 1994 um livro intitulado “Eu, o índio e a Floresta” que é uma espécie de coletânea de algumas dessas histórias. Lá, ele dedica um capítulo a narrar histórias de loucos com quem ele conviveu. Um deles, “príncipe Ribamar”, que teria vivido em Juazeiro entre os anos 50 e 60, foi responsável pela criação de uma fábrica de fumaça.

Em 1950, criou ele a idéia de fazer uma fábrica de fumaça, para matar insetos e alguns viventes que estavam atormentando os macacos de sua fazenda, dos quais seriam tirado o couro para o fabrico de cédulas de 5 a 10 mil cruzeiros de um novo padrão monetário. Contudo até parece que o mundo aderiu a esta idéia, pois a poluição causada pelos disparos atômicos, chaminés de fábricas e óleo, vem matando peixe e aves. (CABOCLO, 1994, pp. 86-87)

Poucos anos antes de morrer ele se desfez dos tacos de xilogravura de seus folhetos e do almanaque *O Juízo do Ano*. Esse material integra hoje o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Sua biblioteca foi comprada pelo SESC de Juazeiro do Norte. Lá estão autores obscuros, chamados por Jerusa Pires Ferreira (1992) de “cultura das bardas”. Trata-se de uma parte da indústria cultural voltada para a divulgação esotérica e de auto-ajuda, revestida de uma aura de cientificidade.

Encontra-se ainda o diploma de um curso de difusão universitária na área de parapsicologia, emitido pelo Centro Latino-Americano de Parapsicologia da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, em São Paulo, realizado de 20 a 23 de julho de 1977 e ministrado pelo professor José Lorenzotto. Caboclo apresentava vários conceitos de parapsicologia em seu almanaque. Aura, levitação, possessão, mas acrescentava alguns que são típicos da tradição nordestina como o “mal-olhado”:

Jetatura, quebranto, feitiço, enguiço, são outros nomes dados ao mal olhado. Há pessoas possuidoras dessa forma maléfica, baseada no poder do olhar, projetado com o desejo e a admiração. É uma força terrível que atrai a ruína comercial, industrial, vida social; matando plantas, flores e árvores de pequeno porte; adoecendo crianças, gatos, cachorros e animais menores como papagaios e pássaros. Há certos talismãs que têm uma aura superior para destruir toda força do mal-olhado. (CABOCLO, 1994, p.81)

Caboclo morreu em julho de 1996, vítima de um acidente vascular cerebral, deixando inconclusa a edição do almanaque de 1997. Já havia previsto para si uma fase complicada com turbulências provocadas por Saturno. Casou duas vezes e contabilizou 19 filhos adotivos. Um de seus sobrinhos, Arlindo Marques da Silva, o Dinda, trabalhou com ele durante alguns anos. Não temos dúvida que o sucesso de seu almanaque se deveu ao seu convívio com as classes populares e com sua sensibilidade para o que elas queriam ver impressas no almanaque de consulta diária.

04. Considerações Finais

A pesquisa sobre os almanaques populares nordestinos ainda tem uma lacuna a ser preenchida. Acreditamos que nossa proposta de pesquisa ajudará a preencher uma parte dela. O presente projeto buscou alicerces na questão do embate entre cultura popular e indústria cultural para problematizar uma de nossas hipóteses.

Da mesma forma, buscou no histórico de pesquisas sobre almanaques no país e em autores como Barbero e Canclíni base para a hipótese de que o almanaque funcionou como um diluidor de saberes científicos e campo de relações entre estes saberes e os saberes populares.

Temos consciência do caminho árduo e longo que todas as pesquisas sobre almanaques populares deverão traçar, da dificuldade de reunião de um material disperso e do contato com um Brasil distante dos grandes centros de pesquisa. Mas acreditamos que essa pesquisa é possível, necessária e que poderemos dar uma ampla contribuição para a

pesquisa em comunicação, trazendo dados novos para a consolidação deste campo de estudo.

05. Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto da obra de François Rabelais*. Brasília, Editora da UnB, 1987.

BARBERO, Jesús Martín. *Dos Meios às Mediações. Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2001.

BOLLÈME, Geniève. *Les Almanachs populaires aux XVII et XVIII siècles. Essai d'histoire sociale*. Paris, La Haye Mouton, 1969.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Média*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CANCLÍNI, Nestor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 2003.

CARVALHO, Gilmar de. *Lyra popular: o cordel do juazeiro*. Fortaleza, Museu do Ceará, 2006.

_____. *Manoel Caboclo*. São Paulo, Hedra, 2000.

CASA NOVA, Vera. *Lições de almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1996.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”, in *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.